

DESIGUALDADES REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL: uma análise a partir da execução do Pronaf no município de Bequimão – MA.

REGIONAL INEQUALITIES AND RURAL DEVELOPMENT: an analysis based on the implementation of Pronaf in the municipality of Bequimão – MA.

Autor(es): Flávia Nunes Macedo

Filiação: Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial e Regional UEMA.

E-mail: flavianmacedo.contabil@gmail.com

Autor(es): Marcia Fernanda Pereira

Filiação: Me. em Desenvolvimento Socioespacial e Regional UEMA.

E-mail: marciafernanda.mp@gmail.com

Autor(es): Itaan de Jesus Pastor Santos

Filiação: Dr. em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa, professor adjunto-UEMA.

E-mail: itaansantos@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT7. DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E REGIONAL

Resumo

Como problemática deste estudo, entendemos que políticas públicas implantadas no Brasil para o desenvolvimento rural atuam de forma distinta dentro do território brasileiro, visto que as desigualdades regionais afetam a implementação e eficácia de programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com foco nas barreiras específicas enfrentadas pelos agricultores familiares em regiões rurais menos desenvolvidas, apresentamos o objetivo deste trabalho que consiste em evidenciar as falhas e deficiências na aplicação do PRONAF em áreas rurais desfavorecidas a partir da análise das lacunas de execução do Pronaf no município de Bequimão – MA. Sob a hipótese de que instituições locais, municipais e estaduais poderiam preencher as lacunas de implementação do programa, com potencial de mitigar as barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares, a exemplo dos sindicatos rurais, cooperativas agrícolas, associações comunitárias e principalmente a atuação dos órgãos de assistência técnica, poderiam operar para a superação dessas barreiras e promover o acesso ao PRONAF e seus benefícios. Quanto a metodologia o presente trabalho tem caráter exploratório, onde foi realizado uma revisão de literatura assim como também, recorremos a uma pesquisa de campo através dos dados do SIDRA-IBGE, em que o recorte temporal se dá entre os anos de 2017 a 2021, foi realizado entrevistas na Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Bequimão e coletado dados junto ao Banco do Nordeste.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Agricultura Familiar, Pronaf.

Abstract

As a problem of this study, we understand that public policies implemented in Brazil for rural development act differently within the Brazilian territory, since regional inequalities affect the implementation and effectiveness of programs, such as the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF). Focusing on the specific barriers faced by family farmers in less developed rural regions, we present the objective of this work, which consists of highlighting the flaws and deficiencies in the application of PRONAF in disadvantaged rural areas based on the analysis of gaps in the implementation of Pronaf in the municipality of Bequimão – MA. Under the hypothesis that local, municipal and state institutions could fill the gaps in implementing the program, with the potential to mitigate the barriers faced by family farmers, such as rural unions, agricultural cooperatives, community associations and mainly the actions of assistance bodies technique, could work to overcome these barriers and promote access to PRONAF and its benefits. As for methodology, this work has an exploratory nature,

where a literature review was carried out as well as field research using SIDRA-IBGE data, in which the time frame takes place between the years 2017 to 2021, interviews were carried out at the Rural Development Secretariat of the municipality of Bequimão and data was collected from Banco do Nordeste.

Key words: Regional Development, Family Farming, Pronaf.

1. Introdução

Para entender o processo da atuação do Estado no setor agrícola, voltamos a segunda metade da década de 1980, onde devido à situação econômica do país, o governo federal passou a atuar diretamente sobre os produtos agrícolas. Logo, as formas de financiamento de caráter não-inflacionárias tiveram prioridade devido à política econômica do período, orientada para o combate à inflação. O mercado financeiro passou a ser mais atuante ocupando o espaço deixado pelo governo (MASSUQUETTI, 1998).

Contudo, os produtores rurais se endividaram junto às instituições financeiras durante a década de 1990. Isso aconteceu devido aos diversos planos de estabilização do período e à constante mudança nas regras e operacionalidade do crédito rural (SANTIAGO E SILVA, 1999). Essas mudanças no padrão de financiamento tornaram o acesso dos pequenos agricultores ao crédito muito difícil. Dessa forma, devido às pressões dos movimentos sociais do campo, o governo precisou mudar sua forma de atuação na área a partir desse período.

Posteriormente com o objetivo de se adequar ao contexto econômico global dos anos 1980, o Estado Brasileiro criou em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que constituía no maior projeto para esse setor já instituído no país (MARTINS; ALENCAR; MENDONÇA, 2006). O programa veio com intuito de sanar o problema da desigualdade no campo, oferecendo orientação técnica e apoio financeiro para as atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e sua família.

Dessa forma, no momento da criação e difusão do Pronaf, o programa acreditava na promoção de um desenvolvimento rural sustentável que se estendia, para além do desenvolvimento econômico, alcançando diversos outros âmbitos da vida social, como a educação, a preservação ambiental e a participação dos agricultores no processo de formulação da política (RESENDE e MAFRA, 2016).

Dito isso, aproveitamos o conceito de desenvolvimento econômico e social das teorias de desenvolvimento de Prebisch (1949) e Celso Furtado (2010), onde ambos de forma consensual afirmam que cabe ao estado desempenhar um papel ativo na formulação e implementação de políticas econômicas e sociais que promova o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Entende-se dessa forma por desenvolvimento econômico conforme Furtado (2010), aquele que advém da admissão de novos fatores produtivos que possibilita o aumento da produtividade do trabalho, que seria decorrência da técnica moderna. portanto, na análise do desenvolvimento econômico torna-se essencial o conhecimento do mecanismo de ampliação da produtividade.

Para o autor o verdadeiro desenvolvimento econômico ocorre quando uma economia é capaz de introduzir fatores produtivos novos, incluindo não apenas terra e capital, como também conhecimentos, habilidades e tecnologias. O processo de desenvolvimento envolve modificações no modo e nas proporções em que se ajustam os fatores produtivos. Seria esta

alternativa afim de garantir a humanização, sendo este o ponto mais importante a ser alcançado pelo Brasil do que atingir níveis de riqueza baseados em índices formais (FURTADO, 2010).

Como problemática deste estudo, entendemos que políticas públicas implantadas no Brasil para o desenvolvimento rural atuam de forma distinta dentro do território brasileiro, visto que as desigualdades regionais afetam a implementação e eficácia de programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com foco nas barreiras específicas enfrentadas pelos agricultores familiares em regiões rurais menos desenvolvidas, apresentamos o objetivo deste trabalho que consiste em evidenciar as falhas e deficiências na aplicação do PRONAF em áreas rurais desfavorecidas a partir da análise das lacunas de execução do Pronaf no município de Bequimão – MA.

Sob a hipótese de que instituições locais, municipais e estaduais poderiam preencher as lacunas de implementação do programa, com potencial de mitigar as barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares, a exemplo dos sindicatos rurais, cooperativas agrícolas, associações comunitárias e principalmente a atuação dos órgãos de assistência técnica, poderiam operar para a superação dessas barreiras e promover o acesso ao PRONAF e seus benefícios.

Para o alcance do objetivo deste trabalho, algumas estratégias parecem pertinentes como: investigar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em Bequimão – MA, tais como acesso limitado as terras, aos recursos financeiros, a assistência técnica, entre outros que dificultam a inclusão ao Pronaf; identificar as razões por trás da baixa adesão ao programa, consequentemente tendo eficácia limitada em promover o desenvolvimento rural dessa região e investigar como as instituições locais, municipais e estaduais podem atuar como intermediários fundamentais na facilitação do acesso ao crédito rural e na prestação de suporte técnico aos agricultores familiares.

Quanto a metodologia o presente trabalho tem caráter exploratório, onde foi realizado uma revisão de literatura assim como também, recorreremos a uma pesquisa de campo através dos dados do SIDRA-IBGE, em que o recorte temporal se dá entre os anos de 2017 a 2021, foi realizado entrevistas na Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Bequimão e coletado dados junto ao Banco do Nordeste.

2. Aspectos territoriais do município de Bequimão – MA

O município de Bequimão, recorte geográfico desta pesquisa, localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense e microrregião Litoral Ocidental Maranhense, conforme **Figura 1**, possui uma população de 19.580 pessoas de acordo com o IBGE (2022), o que representa uma queda de 5,29% comparado com o censo de 2010. Observa-se um movimento demográfico definido pelo movimento pendular, ou seja, pela acomodação da população nas cidades do entorno das grandes metrópoles como aponta Ricardo Ojima (2012), uma característica entre migrantes sendo este um fenômeno que tem ocorrido em todo o mundo.

Figura 1 – Mapa do Litoral Ocidental Maranhense



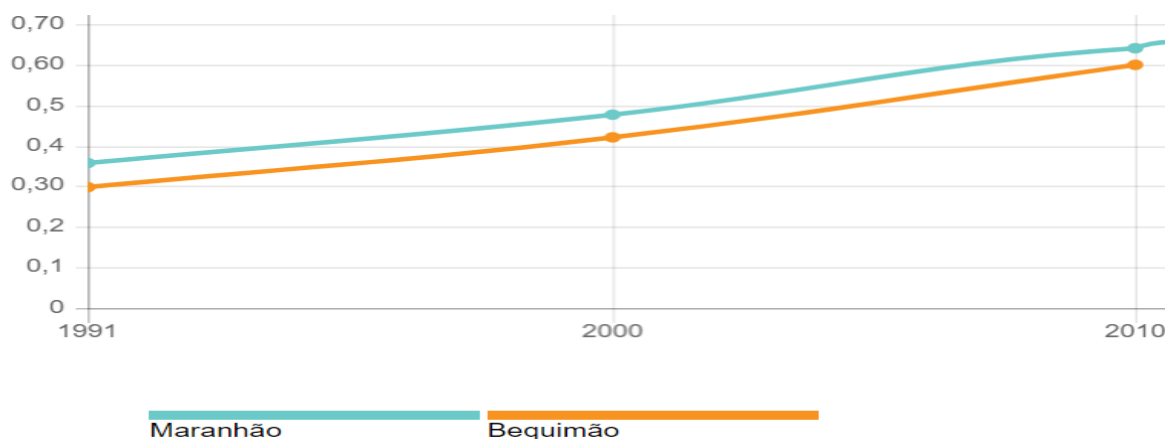
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2023.

Aproximadamente 68% da população reside na área rural, visto que até dado momento não se localizou um Plano Diretor aprovado no município, adota-se neste estudo as diretrizes estabelecidas pelo IBGE para definição de área urbana e área rural. O município possui uma densidade demográfica de 24,78 habitantes por km², consequentemente com uma média de 2,91 moradores por residência. Para tanto ao analisar a relação entre a população absoluta com a extensão territorial, o município ocupa o 90º lugar no estado.

Adiante no Atlas Brasil, temos informações sobre o índice de pobreza do município de 52,52%, se comparado com o ano de 2000, tem-se uma variação de 28,36%. Destaca-se, as pessoas que o IBGE identifica na linha de pobreza são classificadas pelos mesmos parâmetros do Banco Mundial (rendimentos equivalentes a R\$ 486 mensais per capita). E a incidência da pobreza subjetiva (percepção das pessoas sobre suas condições de vida) em Bequimão é de 65,79%.

Ademais, apresentou uma evolução de 42,42% no IDHM, saindo de 0,422 no ano de 2000 passando para 0,601 em 2010 como mostra a **Figura 2**. Na saúde a taxa de mortalidade infantil média é de 8,77 para 1.000 nascidos vivos.

Figura 2 – Gráfico do IDH do Maranhão e do município de Bequimão



Fonte: IBGE, 2022.

Conforme os dados apresentados temos o município de Bequimão evoluindo no IDH assim como o estado do Maranhão no período de 1991 a 2010. O IDHM renda é de 0,510, IDHM Longevidade é de 0,757 e o IDHM educação é de 0,561 (todas as referencias são do ano de 2010) (Atlas Brasil, 2010). A renda per capita mensal no município é de R\$ 190,84 (IBGE, 2010). Observa-se uma melhora sutil no que diz respeito a desigualdade de renda nesse território, apresentando o índice de Gini de 0,55 em 2010, que diminuiu 0,07% se comparado com os anos de 2000. (Atlas Brasil, 2023).

3 Dinamica de acesso ao Pronaf em Bequimão – MA e demais regiões do Brasil

O acesso ao Pronaf no município de Bequimão entre os anos de 2017 a 2021 foram nas modalidades Pronaf Microcrédito (Grupo “B”) e Pronaf Mais alimentos, onde o primeiro, segundo o Banco do Nordeste, destina-se ao financiamento para agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham alcançado renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que precederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Enquanto o Pronaf Mais Alimentos destina-se ao financiamento para agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, com objetivo de aumentar a produtividade e à ascensão da renda da família (BNDES, 2024).

Buscando fazer um comparativo com outras regiões do país, recorreremos aos estudos de Botelho, Suela e Silva (2022) que em análise comparativa entre as cinco regiões do Brasil, detectou-se diferenças na distribuição dos recursos provenientes do PRONAF. Fato este que pode ser exemplificado com os dados do plano safra (2021/2022), pois a região Nordeste contratou um valor aproximado de R\$5 bilhões enquanto a região Sul financiou valores superiores à R\$19 bilhões. Contraditoriamente é na região Nordeste que se encontra em torno de 50% dos agricultores familiares no país (BOTELHO, SUELA E SILVA, 2022).

Outro dado importante levantado pelos autores está no fato que a região Sul e Nordeste possuem grandes diferenças em relação ao financiamento do crédito e aos números de contratos com o PRONAF no período de 2017 a 2022, como por exemplo as características produtivas e perfis dos produtores são distintas entre as regiões. Em consequência, os recursos do PRONAF em grande parte são distribuídos para os agricultores da região Sul e outro volume significativo vai para a região Sudeste, regiões marcadas pela produção de commodities e com produtores com nível de alfabetização maior em relação à região Nordeste (BOTELHO, SUELA E SILVA, 2022).

Considerando as informações cedidas pelo Banco do Nordeste, quanto a finalidade do crédito, distribuiu-se em custeio e investimento rural. O setor que recebeu maior volume contratado de 2017 a 2021 é o pecuário correspondendo a 81%, enquanto o setor agrícola foi representado por 19%, as finalidades das contratações são diversas durante os anos, em 2017 por exemplo, pode ser observado no **Quadro 1**.

Quadro 1 Acesso ao Pronaf em Bequimão em 2017.

Acesso ao Pronaf Ano 2017 - Bequimão - MA				
GRUPO PRONAF	SETOR	Atividade	Finalidade	Soma de Valor
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Bovinocultura recia e engorda Extensiva	CUSTEIO	108.500,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Avicultura	INVESTIMENTO RURAL	63.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Bovinocultura	INVESTIMENTO RURAL	1.730.200,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Caprinocultura	INVESTIMENTO RURAL	11.500,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Ovinocultura	INVESTIMENTO RURAL	23.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Piscicultura	INVESTIMENTO RURAL	8.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Pecuária	Suinocultura	INVESTIMENTO RURAL	66.500,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Artesanato	INVESTIMENTO RURAL	21.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Caca e Pesca	INVESTIMENTO RURAL	21.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Com.Varej.Turístico	INVESTIMENTO RURAL	4.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Com.Varejista	INVESTIMENTO RURAL	12.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Gramínea	INVESTIMENTO RURAL	4.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Graos	INVESTIMENTO RURAL	4.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Olericultura	INVESTIMENTO RURAL	21.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Raízes e Tuberculos	INVESTIMENTO RURAL	206.000,00
PRONAF GRUPO "B"	Agrícola	Reparacao e Conservacao	INVESTIMENTO RURAL	13.000,00
PRONAF-MAIS ALIMENTOS	Pecuária	Bovinocultura	INVESTIMENTO RURAL	44.500,00
Total				2.361.200,00

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no Banco do Nordeste.

O setor pecuário teve contratações no valor de R\$ 2.055.200,00 na linha do Pronaf B e Pronaf Mais Alimentos em 2017, com destaque para a atividade de bovinocultura representando 75% das contratações, seguido pela bovinocultura recia e engorda extensiva com 4,60%, suinocultura com 2,82%, avicultura com 2,76%, as outras atividades mostram números poucos representativos como ovinocultura, caprinocultura e piscicultura com 0,97%, 0,49%, 0,34% respectivamente.

No que diz respeito ao setor agrícola os financiamentos desse ano somam o valor de R\$ 306.000,00, com maior representação no plantio de raízes e tubérculos com 8,72% do total contratado nesse período, seguidos por caça e pesca, artesanato e olericultura com 0,89% cada. Ademais, as atividades de reparação e conservação com 0,55%, e comercio varejista com 0,51%. Tem-se ainda atividades de pouca expressão como o caso do comercio varejista turístico, gramínea e grãos com 0,17% cada.

Desta forma observamos que no setor agrícola as raízes e tubérculos são as atividades com maiores contratações possivelmente pelo plantio da *Manihot esculenta*, conhecido como mandioca, maniva, macaxeira, aipim entre outros nomes, popular no município assim como em todo estado especialmente para produção de farinha.

Em continuidade ao analisar as informações disponíveis no censo agropecuário 2017, temos a representação conforme **Tabela 1**. Considerando todas as idades e todas as condições do produtor, independente se proprietário, posseiro entre outros, temos o número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia e grupos de área total.

Tabela 1 – N° de estabelecimentos agropecuários por área total e tipologia.

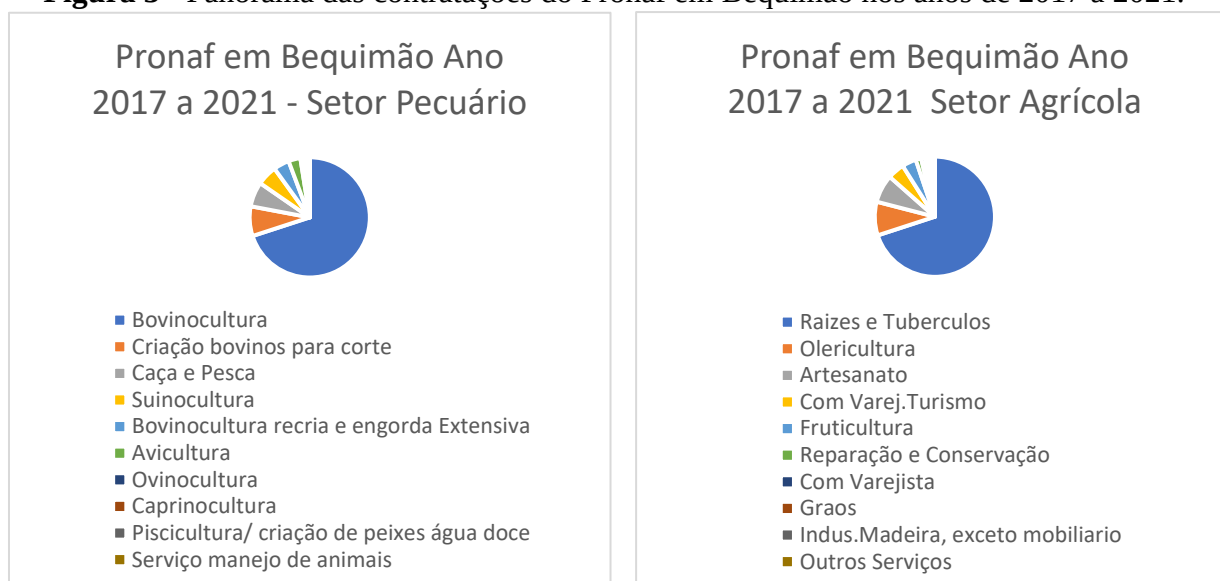
Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						
Município - Bequimão (MA)						
Ano - 2017						
Grupos de área total	Tipologia					
	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	Agricultura familiar - Pronaf B	Agricultura familiar - Pronaf V	Pronamp - sim	Pronamp - não
Total	264	1745	1675	70	263	1746
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	37	217	215	2	37	217
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6	109	105	4	6	109
De 0,2 a menos de 0,5 ha	43	356	351	5	43	356
De 0,5 a menos de 1 ha	52	462	449	13	52	462
De 1 a menos de 2 ha	26	270	258	12	26	270
De 2 a menos de 3 ha	3	45	39	6	3	45
De 3 a menos de 4 ha	3	31	26	5	3	31
De 4 a menos de 5 ha	3	9	8	1	3	9
De 5 a menos de 10 ha	4	24	15	9	4	24
De 10 a menos de 20 ha	8	10	9	1	8	10
De 20 a menos de 50 ha	-	13	9	4	-	13
De 50 a menos de 100 ha	-	7	5	2	-	7
De 100 a menos de 200 ha	1	2	2	-	1	2
De 200 a menos de 500 ha	4	-	-	-	3	1
De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	-	-	-	1	-
Produtor sem área	73	190	184	6	73	190

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Diante dos dados observamos que o número de estabelecimentos agropecuários financiados ocupa em maioria área de 0,5 a menos de 1 hectare, como pode ser visto na agricultura não familiar com 52 estabelecimentos, na agricultura familiar tem 462, agricultura familiar Pronaf B possui 449, agricultura familiar Pronaf V representado por 13 estabelecimentos, no Pronamp tem-se 52 e não Pronamp 462. Chama a atenção também aos dados dos produtores sem área em que 73 estabelecimentos não são da agricultura familiar, 190 são da agricultura familiar, 184 são da agricultura familiar Pronaf B, 6 são da agricultura familiar Pronaf V (renda variável), 73 são do Pronamp e 190 estabelecimentos são não Pronamp.

Dentro do setor agrícola a atividade de raízes de tubérculos desponta como a de maior investimento em todos os anos em análise seguido pela olericultura e no setor pecuário destacamos a bovinocultura e criação de bovinos para corte, observados na **Figura 3**.

Figura 3 - Panorama das contratações do Pronaf em Bequimão nos anos de 2017 a 2021.



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no Banco do Nordeste.

Por conseguinte, observa-se uma evolução nas contratações de custeio e investimento rural em Bequimão no período de 2017 a 2021 nas linhas Pronaf “B” correspondendo a 98% dos financiamentos nesse período e Pronaf Mais Alimentos com representação de 2% nessas linhas de crédito.

Segundo informações coletadas nas entrevistas *in loco*, no desenvolvimento rural atuam em Bequimão 04 profissionais direcionados para as atividades de assistência técnica vinculados ao município e 01 profissional vinculado a AGERP – MA, sendo que este último atende também o município de Peri Mirim localizado a aproximadamente 28 km de Bequimão.

Além disso, o acesso ao crédito aponta um fator de influência que é a presença do sindicato (Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores(as) Familiares de Bequimão). Em entrevista com a presidente do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Bequimão, foi informado que existia na data da coleta, 28/09/2023, que havia 270 agricultores ativos no referido sindicato.

Dito isso, aproveitamos as reflexões de Barbosa (2001) para explicar a crise sindicalista, que resgata baseado na linha de pensamento de James Petras (1997, apud Barbosa, 2001) em que o neoliberalismo em suas diversas formas pode ser entendido como uma luta contra o capitalismo sujeitos a influência do sindicalismo. Como consequência a reestruturação produtiva, que redefine a relação capital/trabalho, materializando-se sob a forma de tecnologias de automação programável, associada a um complexo de inovações organizacionais e de técnicas de gerenciamentos no interior do processo produtivo, promove um grau ainda maior de fragmentação da classe trabalhadora.

Outrossim Alves (1998, apud Barbosa, 2001), fala da crise do sindicalismo, largamente discutido por pesquisadores e sindicalistas, respaldadas pela ideia de que a luta de classes é coisa do passado, possuindo dimensões na qual destacamos a socioinstitucional, definido pelo declínio das taxas de sindicalização que se expressa na crise de representação de classe base sobre qual se edificou o sindicalismo tradicional corporativo.

Para Antunes (2011) existe um longo caminho a percorrer para a retomada de um sindicalismo de classe. Onde o primeiro desafio está em criar um polo sindical, social e político de base que não tenha medo de oferecer ao país um programa de mudanças profundas, capazes de iniciar a desmontagem das causas estruturantes da miséria brasileira e de seus mecanismos de preservação da dominação. E uma ação necessária para este processo é romper a política de servidão voluntária que empurrou os sindicatos em direção ao estado.

Trazendo o que diz Freitas e Castro (2020) no estudo sobre o Pronaf no Nordeste temos:

Dadas as características de pequena propriedade da maioria dos pronafianos do Nordeste brasileiro, outros elementos ou políticas públicas precisam ser estruturados ou fortalecidos de forma adjuvante, visando potencializar os efeitos do programa na região. Aqui citam-se as políticas de infraestrutura (acesso a insumos e de escoamento para a produção), as políticas efetivas de Ater nas localidades e as melhorias no sistema de seguro agrícola, além das próprias condições macroeconômicas e da conjuntura de preços agrícolas. Na ausência de tais complementos, enrijecem-se as dificuldades dos produtores beneficiários alterarem estruturalmente sua condição produtiva (FREITAS e CASTRO, 2020)

Conforme apresentado pelos autores, retoma-se a importância da assistência técnica diante de pequenas propriedades dos produtores da região nordeste, assim como as políticas de infraestrutura e condições macroeconômicas (crescimento econômico, política monetária, política fiscal, inflação, clima e condições ambientais entre outros) são complementos que dificultam os beneficiários mudarem as suas condições produtivas de forma efetiva.

Inferimos a partir dos dados apresentados até o momento que a atividade agropecuária é assinalada por atributos e demandas diferentes em todo território brasileiro, sejam elas sociais, econômicas, estruturais ou ambientais. Dessa forma, qualquer política pública que venha como modelo de intervenção de fomento à agricultura familiar, precisa considerar tais particularidades, objetivando alcançar maior efetividade operacional (IPEA, 2022).

Nesse sentido, embora o Pronaf tenha caráter nacional, ele é marcado por resultados diferentes entre as cinco regiões do país, além disso, seus impactos transcendem o campo da atividade agropecuária, manifestando-se em vários setores da economia. Devido as assimetrias observadas nos territórios do país, tem sido tema de discussão entre outros pesquisadores, as diferenças regionais marcantes nos indicadores de execução do Pronaf (IPEA, 2022). Dito isso, ao compararmos o acesso ao Pronaf nas demais regiões do país, temos a distribuição conforme **Tabela 2**.

Tabela 2 – Nº estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento do Pronaf em 2017.

Nº de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)		
São provenientes de programas de crédito - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)		
Ano - 2017		
#	Grande Região	
1	Sul	137.000
2	Nordeste	86.588
3	Sudeste	67.471
4	Centro-Oeste	14.996
5	Norte	14.867

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

A tabela 2 fornece uma visão dos dados coletados, mostrando que a região Sul é a que mais obteve financiamento provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com 137.000 estabelecimentos que aderiram ao programa. Na sequência tem-se a região do Nordeste com a representação de 86.588 estabelecimentos agropecuários que fizeram adesão ao programa de crédito rural, seguido pela região do Sudeste com 67.471 estabelecimentos, após tem-se o Centro-Oeste com 14.996, número muito próximo das unidades da região que se apresenta em último lugar, o Norte com 14.867 estabelecimentos.

Em continuidade, ao analisarmos sobre qual região do país teve acesso a mais assistência técnica, encontramos os dados conforme **tabela 3**.

Tabela 3 – Nº estabelecimentos agropecuários que receberam assistência técnica por regiões.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Ano - 2017			
#	Grande Região	Origem da orientação técnica recebida	
		Recebe	Não recebe
1	Sul	414.645	438.669
2	Sudeste	277.593	691.822
3	Nordeste	190.804	2.131.915
4	Centro-Oeste	82.050	265.213
5	Norte	60.351	520.262

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

A partir dos resultados exibidos na tabela, infere-se que a região Sul foi a que mais recebeu assistência técnica representado por 414.645 estabelecimentos, segue-se com a região Sudeste como a segunda que mais receber assistência técnica com 277.593 unidades agropecuárias, na sequência tem-se o Nordeste com 190.804 unidades, após o Centro-Oeste com 82.050 e em último lugar está a região Norte com apenas 60.351 estabelecimentos agropecuários recebendo esse tipo de assistência. Quando buscamos por escolaridade do produtor, selecionando os estabelecimentos de agricultores familiares que nunca frequentaram a escola, temos os dados conforme **tabela 4**.

Tabela 4 – Estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor – que nunca frequentou escola.

Nº de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		
Escolaridade do produtor - Nunca frequentou escola		
Ano - 2017		
#	Grande Região	
1	Nordeste	543.132
2	Norte	94.920
3	Sudeste	83.007
4	Sul	33.402
5	Centro-Oeste	29.464

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

A análise que se pode inferir a partir dos dados apresentados é que a região Nordeste é a que mais possui agricultores familiares que nunca frequentaram escola, representado pelo número

de 543.132 unidades agropecuárias, em segundo lugar temos a região Norte com maior número de produtores sem alfabetização com 94.920 estabelecimentos, o Sudeste em terceiro lugar com 83.007, o Sul em penúltimo lugar com 33.402 e o Centro-Oeste é a região com menos agricultores que não frequentaram escola com 29.464 unidades.

Outro ponto que fazemos destaque para este trabalho é em relação a condição do agricultor familiar em relação às terras, dessa forma para efeitos deste estudo, buscamos por agricultores que trabalham na condição de sem área, como mostra **tabela 5**:

Tabela 5 – Nº de estabelecimentos na condição do produtor sem área.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		
Condição do produtor em relação às terras - Produtor sem área		
Ano - 2017		
#	Grande Região	
1	Nordeste	61.118
2	Norte	9.000
3	Sudeste	3.786
4	Sul	2.411
5	Centro-Oeste	722

Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Em análise dos dados apresentados na tabela, entende-se que a região Nordeste é a que mais possui agricultores que trabalham na condição de sem área com 61.118 produtores sem área, seguido da região Norte com 9.000, em terceiro lugar tem-se a região Sudeste com a representação de 3.786, em quarto lugar está a região Sul com 2.411 unidades e em último encontra-se a região Centro-Oeste com menos produtores sem área.

Diante do exposto podemos observar o quão diversificado é o perfil dos agricultores familiares pelo Brasil, diferenças que se apresentam na escolaridade, no número de produtores que tiveram acesso a assistência técnica, no acesso a terra, fatores que podem ser evidências refletidas no número de acesso ao Pronaf.

Vale lembrar que a nível federal, temos o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que se constitui num órgão da administração pública federal direta, criado nos anos 2000, extinto pelo ex-presidente Michel Temer (Medeiros e Grisa, 2019) e recriado em 2023. Com responsabilidades de elaborar políticas públicas voltadas a reforma agrária, e promoção do desenvolvimento sustentável (MDA, 2024).

Na sequência na esfera estadual, com apoio da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia que se constitui num dos órgãos específicos singulares do MDA, compete promover a articulação das ações voltadas ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar e buscar sua execução descentralizada e integrada com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil organizada entre outras coisas (DECRETO 11.396/2023).

No Maranhão a AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural, tem como objetivo abranger a agricultura familiar, a pequena agricultura, socializando as novas tecnologias e proporcionando assistência técnica intensiva e continuada, visando a diversificação, a integração, o aumento da produção e produtividade do setor agropecuário.

Em seguida na esfera municipal, em Bequimão atua no desenvolvimento rural segundo o portal de transparência, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca – SEMAGROPESCA, com objetivo de auxiliar na formulação da política da agricultura e irrigação; promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias; exercer vigilância e promover a defesa e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; proceder estudos necessários à reorganização e melhoria da vida rural contribuindo com a eliminação de conflitos de terra; introduzir práticas de fertilidade dos solos; desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo entre outras atribuições.

3 Considerações finais

Identificamos que o maior volume de agricultores familiares brasileiros se encontra no Nordeste, fator que deveria tornar tais produtores público-alvo em potencial para o programa. Os dados apresentados infere-se que o Pronaf se distribui em grande maioria na região Sul do país. Além disso, as regiões Sul e Nordeste possuem grandes diferenças em relação ao financiamento do crédito e aos números de contratos no PRONAF, as características produtivas e perfis dos produtores são distintas entre essas duas as regiões. Visto que, os recursos do programa nessas regiões são marcados pela produção de commodities e com produtores com nível de alfabetização maior em relação à região Nordeste.

Destacamos a possibilidade de o nível de instrução ser fator de influência sobre nas contratações do Pronaf, uma vez que, ao comparar com localidades podemos observar que regiões como o Sul possui um nível de instrução maior do que o do Nordeste. Assim como a influência dos sindicatos de trabalhadores rurais no processo de orientação e até mesmo no auxílio quanto ao preenchimento do CAF- Pronaf, a exemplo do município de Bequimão.

Não obstante, a responsabilidade da assistência técnica no campo é imprescindível para a execução de um programa como o Pronaf, levando em consideração o nível baixo de instrução dos agricultores, o papel do apoio técnico viria a preencher essa lacuna. Podemos observar através dos dados do censo agropecuário o quanto é desproporcional o número de estabelecimentos que não possuem nenhum tipo de assistência técnica, refletindo numa má execução dos projetos ou ate mesmo impossibilitando o acesso aos mesmos.

A implementação de políticas públicas de fomento a agricultura familiar é necessária, porém, a sua consolidação dependerá da sua organização social vinculadas as entidades voltadas para agricultura assim como os movimentos sociais, sindicatos, promovendo projetos de qualidade afim de alcançar um projeto de desenvolvimento regional. Apesar do Pronaf na sua criação ter passado por reveses peculiares de uma nova forma de articulação da política pública, o programa caminha para um campo onde é necessário interligar atores, objetivando o tratamento mais próximo de atender as necessidades da agricultura familiar.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. A engenharia do cooptação e os sindicatos. Revista pegada, vol.12. n.1, junho/2011.

ATLAS BRASIL. Disponível em:
 <<<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/210190#sec-renda>>>. Acesso em:
 15/06/2023.

BARBOSA, Zulene Muniz. Reestruturação produtiva e movimento sindical – reflexões para uma prática de esquerda. Revistapucsp.2001

BNDES. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-custeio#:~:text=Financiamento%20destinado%20as%20despesas%20normais,despesas%20normais%20de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20pecu%C3%A1ria>.

BOTELHO, Luana Marina Salgado. SUELA, Attawan Guerino Locatel. SILVA, Fernanda Aparecida. Evolução e distribuição do Pronaf entre 2017 E 2022: um estudo multirregional das linhas custeio e investimento. VI EIGEDIN, 2022

BRASIL. Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jan. 2023.

FREITAS, Rogério Edivaldo. CASTRO, César Nunes. O Pronaf no Nordeste. Ipea, 2020

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In Agarwala; Singh. Economias externas e crescimento equilibrado, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>

IPEA. Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro, 2022.

MARTINS, A. J.; ALENCAR, J. R. de; MENDONÇA, E. de C. O crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. Fortaleza: SOBER, 2006.

MASSUQUETTI, A. A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97. 1998. 222 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Curso de Pós-Graduação em Economia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS, 1998.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2018

OJIMA, Ricardo. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n.121, p.115-132, jul./dez. 2011.

PREBISCH, Raul. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Cepal, 1949.

RESENDE, Cátia Meire. MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 54 Nº 02, p. 261-280, Abr/Jun 2016 – Impressa em junho de 2016"

SANTIAGO, M.; SILVA, V. da. A política de crédito rural e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. São Paulo: AGRIC, 1999.